

Diário do Legislativo de 22/09/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

16/9/99

1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Márcio Kangussu

2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

Vice-Líder: José Henrique

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Bené Guedes

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Agostinho Silveira

Vice-Líder: Eduardo Brandão

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

Vice-Líder: Márcio Kangussu

11) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

12) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Maria José Haueisen e Rêmoló Aloise

13) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

14) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PL Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTES:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTES:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTES:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTES:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Moraes PL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

SUPLENTES:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMN

SUPLENTES:

Deputado Eduardo Brandão PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PPS

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

SUPLENTES:

Deputada Maria José Haueisen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTES:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado César de Mesquita PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTES:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PSC

SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PPS

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Pastor George PL

SUPLENTES:

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissão

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Plenário

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

7 - EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

ATA

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às dez horas do dia trinta e um de agosto de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Eduardo Brandão, Aílton Vilela e José Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Aílton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência informa que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão. Passando-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia, o relator, Deputado Aílton Vilela, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Resolução nº 309/99, em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Em seguida, o relator, Deputado José Henrique, emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 4/99, em 2º turno, na forma do vencido em 1º turno. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Passa-se à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 564/99, do Deputado Márcio Kangussu. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 1999.

Ambrósio Pinto, Presidente - Eduardo Brandão - Dinis Pinheiro - César de Mesquita.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 22/9/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para recebimento da Proposta da Reforma Tributária.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome da Professora Lúcia Helena Gonçalves Teixeira para integrar o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer da Comissão Especial sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Gouvea Teixeira para a Presidência da Fundação TV-Minas - Cultural e Educativa. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 389/99, do Deputado Mauro Lobo, em que solicita à Secretaria do Trabalho o envio a esta Casa do relatório sobre os atendimentos prestados no exercício de 1999 às crianças e adolescentes portadores de deficiência ou necessidades especiais, na faixa etária de 0 a 21 anos, cuja renda familiar não ultrapasse 5 salários mínimos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 397/99, da Comissão de Saúde, pedindo informações ao Secretário da Saúde sobre os critérios utilizados para liberação de verbas a hospitais privados, em particular as destinadas ao Instituto Maria da Glória Ferreira Varela, da Fundação Cristiano Varela. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 401/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando informações ao Presidente da ACOMINAS sobre a atuação operacional dessa empresa em Ouro Branco, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, de forma que se possa avaliar o impacto da determinação do rateio do ICMS entre esses municípios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 402/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pede informações ao Diretor-Geral do DETRAN-MG sobre os impactos financeiros dos Projetos de Lei nºs 88/99, que institui parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no âmbito do Estado, e 162/99, que dispõe sobre parcelamento de débitos relativos ao IPVA. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 430/99, da Comissão Especial do Cólera no Jequitinhonha, solicitando ao Chefe Distrital da COPASA-MG o envio à Assembléia do relatório detalhado das atividades realizadas por aquele órgão no combate ao cólera, constando também sugestões aos Governos Municipal, Estadual e Federal para resolução definitiva do problema. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 399/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a organização da Governadoria, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, sobre a criação da Secretaria de Estado do Turismo, sobre a extinção da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas na Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira solicitou o prazo regimental para emitir parecer sobre o Projeto e as Emendas nºs 2 a 5, recebidas antecipadamente.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.125, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2000. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 181/99, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Justiça de Paz. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta; pela rejeição da Emenda nº 1, ficando prejudicadas as Emendas nº 2 a 13.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 339/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que institui no Estado o Dia da Santa Casa de Misericórdia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 19/99, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que dispõe sobre a renegociação do acordo da dívida do Estado de Minas Gerais, autorizado pelas Leis nº 12.422/96 e 12.731/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 433/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 1997. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 405/99, do Deputado Paulo Piau, que institui a Comenda da Paz Chico Xavier. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nº 1 a 4, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 510/99, do Deputado César de Mesquita, que cria a Medalha Calmon Barreto. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 75/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 82 e dá nova redação ao art. 85 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que menciona, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação na forma da Subemenda nº 1, que apresenta à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 169/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que estabelece normas para fornecimento, no âmbito do SUS, de contraceptivos de emergência na rede estadual de saúde e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 189/99, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/77, que dispõe sobre o IPVA e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 197/99, do Deputado Alberto Bejani, que concede pensão especial aos dependentes do ex-cabo PM Valério dos Santos Oliveira. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 209/99, do Deputado Álvaro Antônio, que reconhece como estância hidromineral a localidade de Bom Jardim - Fazenda Esperança -, no Município de Mário Campos. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. As Comissões de Turismo e de Administração Pública opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre o reconhecimento de localidade como estância hidromineral. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 357/99, do Deputado Chico Rafael, que torna obrigatória a inclusão do estudo referente à dependência química em disciplinas constantes do currículo escolar de 1º e 2º graus elaborado pela Secretaria da Educação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 374/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que define o conceito de pessoa portadora de deficiência física para fins de concessão de benefício, prioridade e equiparação de oportunidades sociais no âmbito do Estado, conforme especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Hauelsen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 28/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que declara a Cachoeira do Tombo da Fumaça patrimônio paisagístico e turístico do Estado. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 22/9/99, destinadas à apreciação em turno único, do Projeto de Lei nº 399/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a organização da Governadoria, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, sobre a criação da Secretaria de Estado do Turismo, sobre a extinção da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas na Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências; do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.125, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2000; do Projeto de Lei nº 19/99, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que dispõe sobre a renegociação do acordo da dívida do Estado de Minas Gerais, autorizado pelas Leis nºs 12.422/96 e 12.731/97; do Projeto de Resolução nº 433/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 1997; e dos Projetos de Lei nºs 181/99, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Justiça de Paz; 339/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que institui no Estado de Minas Gerais o Dia da Santa Casa de Misericórdia; 405/99, do Deputado Paulo Piau, que institui a Comenda da Paz Chico Xavier; 510/99, do Deputado César de Mesquita, que cria a Medalha Calmon Barreto; 75/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 82 e dá nova redação ao art. 85 de Lei nº 9.444, de 25/11/87; 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que menciona, e dá outras providências; 169/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que estabelece normas para fornecimento, no âmbito do SUS, de contraceptivos de emergência na rede estadual de saúde e dá outras providências; 189/99, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/77, que dispõe sobre o IPVA e dá outras providências; 197/99, do Deputado Alberto Bejani, que concede pensão especial aos dependentes do ex-cabo Valério dos Santos Oliveira; 209/99, do Deputado Álvaro Antônio, que reconhece como estância hidromineral a localidade de Bom Jardim - Fazenda Esperança, no Município de Mário Campos; 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre o reconhecimento de localidade como estância hidromineral; 357/99, do Deputado Chico Rafael, que torna obrigatória a inclusão do estudo referente à dependência química em disciplinas constantes do currículo escolar de 1º e 2º graus elaborado pela Secretaria da Educação; 374/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que define o conceito de pessoa portadora de deficiência física para fins de concessão de benefícios, prioridade e equiparação de oportunidades sociais, no âmbito do Estado, conforme especifica; 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Hauelsen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio; e 28/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que declara a Cachoeira do Tombo da Fumaça patrimônio paisagístico e turístico do Estado de Minas Gerais; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 21 de setembro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 22/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Roberto, Cabo Morais, Elbe Brandão e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/9/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator para o 1º turno.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 1999.

Sebastião Costa, Vice-Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

70ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 16/9/99

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. e Sras. Deputadas, muitas coisas nos causam orgulho nessa vida, como ser Deputado e professor. Orgulha-nos e envaidece-nos o fato de ser filho de um militar, assim como o de ter tido nossa formação, em nível de 2º grau, durante três anos, no glorioso e querido Colégio Tiradentes desta Capital. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o tamanho do pronunciamento que faremos nesta tarde vai ser inversamente proporcional à selvageria a que assistimos na noite de ontem, durante ou após o jogo do Clube Atlético Mineiro contra o Vitória da Bahia, no Independência. Aquela polícia que lá estava não é a que nos causa orgulho, a nós mineiros e a mim, Deputado e filho de um militar. Os canais de televisão mostram, a todo instante, cenas de selvageria. Portanto, queremos hoje somar às outras essa nossa denúncia, que não é a primeira. Esperamos, realmente, que os culpados sejam identificados e punidos, sendo até mesmo excluídos de nossa gloriosa Polícia Militar. Presenciamos os bons policiais dando assistência aos que foram massacrados pelos maus policiais, entretanto, sabemos, enquanto Deputado, professor, torcedor ou lavador de carro, que os atleticanos iguais a nós, sofridos, pegam seus poucos reais para ir ao Independência ou ao Mineirão e não sabem identificar se é mau o policial que ali está. Atletico que sou, na minha arquibancada do Independência ou do Mineirão, acompanhado de minhas filhas, não sei se posso procurar um policial para me dar segurança, pois não sei se ele é o bom ou o mau policial.

Então, é necessário que os culpados sejam punidos. Vimos cenas, ontem, no Independência, em que um paraplégico, ao apanhar com cassetete, mostrou sua perna mecânica ao policial, que também bateu nela. Ontem, vimos os torcedores serem escoraçados.

Esperamos que nossa voz junte-se a tantos clamores e a tantas denúncias e que se faça justiça. Não fala aqui o conselheiro do Atlético, não fala aqui o Deputado ou o professor, aquele homem, aquele político em quem as pessoas depositaram confiança para representá-las. Falo como torcedor, como atleticano que sou, como amante do esporte e como amante do Clube Atlético Mineiro.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Deputado Wanderley Ávila, gostaria de parabenizá-lo por essa iniciativa. Ontem, não só Minas Gerais, mas também os demais Estados brasileiros assistiram ao ato de violência de alguns policiais militares irresponsáveis, que, indistintamente, espancaram homens, mulheres e crianças que estavam pacificamente assistindo ao jogo em que o Atlético perdia. Evidentemente, o torcedor tem o direito de se manifestar contra o clube, contra a parte técnica ou contra a situação em que o clube se encontra no momento.

Não estamos generalizando, dizendo que todos os policiais são violentos. Não. Existem muitas pessoas na nossa Polícia Militar de Minas Gerais que trabalham com honestidade. Lamentavelmente, um percentual pequeno consegue complicar toda a corporação, consegue incutir em todos os brasileiros a idéia de que a PMMG está passando dos limites, quando somente alguns devem - e tomara que assim seja - ser punidos. Já basta, Deputado, o nome ruim que a Polícia Civil de Minas Gerais tem no Brasil, em virtude da facilitação de carteiras de habilitação, comprovada por meio da CPI. É o comportamento de algumas pessoas comprometendo toda a instituição.

Portanto, Deputado Wanderley Ávila, parabéns ao senhor. Não sou torcedor do Atlético, quando está jogando em Belo Horizonte. Evidentemente, torço pelo meu Estado, que é Minas Gerais. Não sou carioca, sou de Minas Gerais e torço pelo Cruzeiro. Não tenho nenhum constrangimento em falar. Mas, evidentemente, o meu segundo clube é o Flamengo. Muito obrigado.

O Deputado Wanderley Ávila - Agradecemos ao Deputado Alberto Bejani. Queremos deixar bem claro que a Polícia Militar que amamos, da qual gostamos e da qual nos orgulhamos, por ter um familiar a ela pertencente, não é aquela que vimos ontem, agindo, a minoria, violentamente, com atos de selvageria e covardia, pois pessoas desarmadas enfrentaram cassetetes, bombas, braços e muque. Esses policiais têm de ser punidos.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Agradeço a V. Exa. por ter me concedido o aparte. Concordo com seu pronunciamento. As cenas, por si só, mostraram a grande violência que imperou ontem, no Estádio Independência. Felizmente, não houve nenhuma consequência maior, ninguém morreu, mas muitos foram feridos. Muito mais ferido ficou o esporte de Minas Gerais.

Deputado Wanderley Ávila, não consigo entender o que está acontecendo em Minas. Ontem tivemos dois jogos em Belo Horizonte. No Mineirão, que é um estádio com capacidade para 150 mil torcedores, foi realizado o jogo do América, com 700 torcedores. No Independência, cuja capacidade é de 20 mil pessoas, estavam quase 25 ou 30 mil torcedores. Então, a partir do pronunciamento em que V. Exa. lamenta esses fatos - que também lamentamos -, devemos fazer uma reflexão.

Esta Casa tem de começar a repensar para que serve esse complexo que temos e que é do Estado, administrado pela Secretaria de Esporte e Lazer - a SELT -, o Mineirão. Os grandes clubes estão fugindo dele. E um jogo dessa natureza, se não acontece no Mineirão, certamente expõe ao perigo as vidas dos torcedores que vão ao Independência, que é um estádio menor, com menor segurança.

Quando aprovamos o orçamento nesta Casa, vem na rubrica orçamentária alguns milhões de reais para o esporte, para manutenção da SELT, que tem dezenas, talvez centenas de funcionários, mas estamos observando que os grandes clubes estão fugindo do Mineirão. Já há até o pensamento de o Cruzeiro e o Atlético se unirem para fazer outro estádio de futebol, sob a alegação de que as taxas cobradas no Mineirão são altíssimas e que não podem pagá-las. Então, a questão da segurança passa, primeiro, pela utilização do nosso estádio.

Ontem aconteceu uma inversão de partidas: a do América deveria ser no Independência, e a do Atlético deveria ser no Mineirão. E teremos agora os jogos dos clubes maiores, como o do Atlético com o Cruzeiro, o do Atlético com o Flamengo, e, certamente, o Estádio Independência não é o local apropriado para esses grandes espetáculos dos times mineiros.

Terminando, agradeço pelo aparte e gostaria de propor uma discussão mais ampla para ver o que podemos fazer, primeiro, para dar segurança aos torcedores, e, segundo, para utilizar esses prédios estaduais públicos, que deveriam estar servindo para a prática do futebol e não estão.

O Deputado Wanderley Ávila - Agradecemos o aparte do Deputado Carlos Pimenta. Realmente é um assunto que deve ser trazido à baila para que possamos discuti-lo.

O Deputado João Leite (em aparte) - Serei rápido, a fim de que o Deputado Durval Ângelo tenha oportunidade também. Estou acompanhando, Deputado Wanderley Ávila, a sua fala, que demonstra certa indignação, que posso compreender, mas quero dar um testemunho pessoal. Joguei pelo Atlético durante dezessete anos e meio e reconheço na torcida do Atlético uma torcida pacífica, ao contrário de muitas outras torcidas no Brasil, algumas, até, em que o Ministério Público teve de intervir e acabar com as torcidas organizadas. Não conhecemos na história da relação da torcida do Atlético com a do Cruzeiro agressões a atletas, como acontece com outros clubes em que jogadores, quando o seu time era derrotado, tinham de sair escondidos. Nunca foi dessa maneira a relação da torcida do Atlético. Ela nunca foi violenta.

Temos denunciado aqui que existem excessos na abordagem por parte de policiais militares e que isso tem de mudar. E agora temos cenas. Se há alguma culpa por parte dos torcedores, repete a presença da polícia algo que estamos denunciando. A Comissão de Direitos Humanos reuniu-se ontem, quando ouvimos duas denúncias, acompanhadas de exame de corpo de delito, por excesso de força da Polícia Militar. Isso tem de ser tratado. V. Exa. traz para o Plenário um assunto importante para esta Casa enfrentar, fora, é claro, as outras questões que o senhor traz e que também são muito importantes. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Wanderley Ávila, V. Exa. traz uma discussão muito séria a este Plenário. Ontem, ao final da noite, fiquei estarelecido com o que vi. Primeiro, o mau exemplo no campo, que, penso, é uma questão interna do time, e tem de ser punida. E, depois, o exemplo da polícia. Fiquei admirado, vendo um policial - está gravado no vídeo - batendo duas vezes numa pessoa que se protegia com a mão. Isso é grave. Creio que V. Exa. tem de entrar com um pedido para trazer a esta Casa o Comandante do policiamento da Capital, pois estamos estarelecidos, assistindo ao aumento da violência da Polícia Militar no Estado.

Nos últimos meses, o desrespeito aos direitos humanos por parte da Polícia Militar é algo que vem me fazendo refletir e pensar. É lamentável. Sendo o atual Comandante-Chefe da Polícia o Vice-Governador, fico muito mais preocupado.

O Deputado Wanderley Ávila - Vamos conceder a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, porque temos certeza absoluta de que a Polícia Militar dele não é aquela Polícia Militar daquele policial à paisana dentro do campo, que, com todo orgulho, alto e bom som, afirmava: "Quebrei a cara do gringo", referindo-se ao nosso jogador de defesa, o argentino Galvan.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputado Wanderley Ávila, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa. Não concordamos com a violência policial. Foi muito bem lembrado pelo Deputado Durval Ângelo que o exemplo se deu dentro do campo. Vimos aqui repudiar não só a violência policial, mas também o mau exemplo dado pelos jogadores que deveriam estar ali para apresentar um bom espetáculo, mas acabaram dando mau exemplo para todo o Brasil.

Já que estamos falando de violência envolvendo a polícia, gostaria de lembrar que, na madrugada do dia 11 para 12, tivemos o detetive da Polícia Civil Maurício Damião Guimarães, 41 anos, cuja esposa, D. Giovana, encontra-se no 5º mês de gravidez, assassinado covardemente por seis marginais. Gostaria de lembrar principalmente aos representantes da Comissão de Direitos Humanos desta Casa que, mais uma vez, tivemos um policial morto com covardia.

Deputado Wanderley Ávila, parabeno-o pela iniciativa, mas gostaria que os nobres parlamentares também se manifestassem quando a nossa polícia sofre essa violência. O policial também necessita ter seus direitos humanos vistos pelos Deputados desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Wanderley Ávila - Agradecemos ao Deputado Sargento Rodrigues, por suas palavras, e a nosso Presidente, por sua benevolência, generosidade e paciência.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes na galeria, membros da imprensa, hoje, pela manhã, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça o parecer de constitucionalidade do Projeto de Lei nº 453/99, do Governador do Estado, que modifica a Lei nº 11.539, de 1994, e propõe modificações na UEMG, que tem sido objeto de constantes discussões nesta Casa, desde a decisão correta dos constituintes mineiros de 1989 de criarem uma universidade do Estado de Minas Gerais.

Entretanto, senhores, dez anos depois de criada, a UEMG convive com uma série de problemas, tais como a relação com as fundações das cidades de Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiubata, Lavras, Passos, Patos de Minas e Varginha, que já deveriam ter sido absorvidas efetivamente na estrutura da Universidade, e ainda não o foram, além das distorções daí decorrentes.

O art. 23 do referido projeto de lei assegura a manutenção da subvenção a cada uma das unidades associadas à UEMG, que poderão, se quiserem, permanecer como entes fundacionais, o que lhes faculta o direito de permanecer com o perfil de instituições privadas. Como é do conhecimento de todos, as entidades fundacionais têm recebido, nos últimos dez anos, subvenções e outros recursos oriundos dos cofres públicos, e o fato de não terem sido absorvidas - as únicas realmente absorvidas são as de Belo Horizonte - permite-lhes a cobrança de mensalidades dos alunos. Tal fato cria uma relação, no mínimo, contraditória. Nas fundações do interior do Estado, o ensino é pago, enquanto no campus de Belo Horizonte continua a indefinição acerca da autonomia, do financiamento e da política de cargos e salários do pessoal docente.

O futuro da UEMG, senhores, mais uma vez, dependerá desta Casa. Consideramos que a existência de uma universidade do Estado, pública, gratuita e de qualidade, é o desejo de todos os mineiros, os que confiam no papel estratégico do ensino, da pesquisa e da extensão para o desenvolvimento com justiça social que almejamos para Minas Gerais, assim como fez São Paulo, criando a USP e a UNICAMP. É preciso, então, conhecer melhor a realidade da UEMG e suas possibilidades, antes de aprovarmos o projeto que não vai, absolutamente, resolver os grandes desafios colocados para a instituição. Precisamos, principalmente, antes de votar, conhecer melhor o Projeto de Lei nº 453/99, o diagnóstico financeiro das fundações que pretendem ser absorvidas, para sabermos o que realmente receberam de dinheiro público e como este foi aplicado ao longo desses dez anos. Preocupado com esse tema, apresentei à Mesa da Assembléia, em 27/5/99, um requerimento solicitando a instalação de uma comissão especial para proceder a estudos sobre a UEMG e sua história de dez anos.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o constituinte de 1989 pretendeu, naquele momento, deixar um desafio para os mineiros: a construção de uma universidade do Estado de Minas Gerais, assim como fez o Estado de São Paulo, cujas universidades públicas podemos ter como objeto de referência. A Universidade de São Paulo e a UNICAMP são hoje dois instrumentos importantes de alavancamento e desenvolvimento do Estado quando buscam a profissionalização, a qualificação profissional e a pesquisa. O Estado de Minas Gerais - o segundo maior em população -, com um desejo enorme de avançar e desenvolver, não poderá excluir de sua meta a construção da universidade pública, gratuita e de qualidade que o Estado e os mineiros merecem.

Nós, que estamos em nossas bases, sentimos uma dificuldade imensa no momento de explicar aos jovens estudantes que almejam a universidade, a razão de Minas Gerais não ter uma universidade pública e gratuita. De um milhão e meio de universitários, um milhão está nas escolas privadas, enquanto somente 500 mil alunos estão nas escolas públicas. Então, como colocar para a sociedade que o ensino é prioridade para o setor público, quando o setor privado tem duas vezes mais o número de alunos?

Nossa preocupação é nesse sentido e queremos colocar para os senhores a necessidade de um debate mais aprofundado sobre a UEMG. Passamos por problemas de financiamento e de recursos, mas não podemos perder a oportunidade criada pelos constituintes de 1989. Há que se buscarem recursos, há que se buscarem caminhos, há que se envolver a sociedade e há que se envolverem os atores sociais interessados no ensino gratuito da universidade de Minas Gerais. Será que o Estado está impossibilitado de ter uma universidade ao alcance dos mineiros, ao alcance do sonho dos mineiros?

Então, senhores, fizemos esse debate na segunda-feira, quando discutimos o sistema educacional da UEMG. Foram 10 anos que se passaram, e é preciso analisar esses 10 anos. Temos que partir do princípio, do diagnóstico correto de como está a UEMG do ponto de vista da administração, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista da construção de um instrumento de desenvolvimento do Estado e do ponto de vista da quantia de dinheiro público já repassada às escolas privadas.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Edson Rezende, hoje estávamos presentes na Comissão de Constituição e Justiça e na nossa declaração de voto afirmamos - conforme V. Exa. - a necessidade que esse projeto não seja aprovado como se encontra no momento. Que continuemos o debate. Até mesmo está prevista uma audiência pública na Comissão de Educação, e esperamos a apresentação de um substitutivo com a participação efetiva dos membros, alunos e também dos professores dos "campi" do interior e de Belo Horizonte. Não podemos abrir mão de que Minas Gerais tenha uma universidade pública.

Recentemente, estivemos com o Secretário da Educação, Prof. Murílio Hingel, e há também uma vontade política de S. Exa. para que, de fato, a UEMG se torne concreta no Estado. Sabemos da necessidade de recursos para isso, mas não podemos nos desanimar nem podemos deixar de efetivamente lutar para que ela aconteça. Mesmo que haja um cronograma e não haja uma absorção imediata de todos. Colocamos-nos à disposição para participar dessa comissão especial, que achamos importante, para que esse projeto represente, de fato, o interesse de tantos jovens e alunos do nosso Estado. E também as possibilidades reais de recursos, e não simplesmente os recursos que aí estão: que possa o Governo Estadual colocar, no orçamento, recursos que possibilitem a absorção gradativa dos "campi" da UEMG do interior. Dessa maneira, a educação será, de fato, prioridade no Estado. Cumprimento V. Exa. por estar também assumindo essa bandeira.

O Deputado Antônio Carlos Andrada (Em aparte) - Considero muito importante e bastante pertinente a fala de V. Exa. com relação à UEMG, mas gostaria de acrescentar algo que também nos preocupa.

Realmente, o projeto encaminhado a esta Casa tem o objetivo de tentar dar uma solução para esse problema que vem se arrastando há muito tempo. Mas precisamos visualizar esse problema sob dois ângulos: o acadêmico e pedagógico e o administrativo e jurídico.

O que ocorre é que a absorção na prática avançou muito na questão pedagógica, acadêmica. As faculdades estão incorporadas muito mais pedagógica e academicamente do que administrativamente, já que o aspecto administrativo envolve uma gama de questões jurídicas de difícil trato e de entendimentos, às vezes, diversos. Para que haja absorção dessas unidades, que são fundações, tem que haver a sua extinção e a incorporação de todo o seu patrimônio ao Estado.

Mas é necessário haver também um critério para que a absorção de todas elas se dê da mesma forma. E, no momento em que essa absorção se der, todos os funcionários dessas unidades serão automaticamente demitidos, porque os cargos passarão a ser públicos. O Estado, por lei, deverá abrir vagas e promover concursos públicos para o preenchimento dos cargos de professores e funcionários.

Então, vê-se que a questão é muito complexa. Ora, entendemos - e já estamos trabalhando para tentar apresentar um substitutivo nesse sentido - que se deve resguardar esse avanço

pedagógico e acadêmico, e até criar condições para aprimorá-lo. E, paralelamente, é preciso criar um cronograma específico para que as fundações cumpram etapas, de modo a unificar todo o seu padrão administrativo, para que essa absorção administrativa possa ocorrer.

Portanto, temos que dividir essa questão. Se não encaminharmos os assuntos de forma separada, dificilmente vamos encontrar uma solução para a UEMG.

O Deputado Edson Rezende - Perfeito. Realmente, é um trabalho a longo prazo, porque o processo é complexo, como V. Exa. levantou. Mas o que se levantou na discussão de segunda-feira foi o problema dos recursos.

Sabemos que existem problemas, que não podem, entretanto, acabar com esse sonho, que é a construção da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Por outro lado, sabemos que há outros Estados que destinam, por exemplo, recursos da loteria estadual para o ensino, como é o caso do Estado de São Paulo. A maioria dos recursos arrecadados pela loteria do Estado de São Paulo é destinada ao ensino.

Então, seria o momento de também revermos essa questão da loteria mineira, já que educação para nós é prioridade. Se, nos palanques, todos dizem isso, precisamos cumprir. Já que é prioridade, os recursos da loteria seriam um exemplo de busca de recursos para encontrarmos a saída para a Universidade do Estado de Minas Gerais.

Para finalizar, queria lhes dizer que essa comissão especial cuja instalação pedimos pode ser um instrumento importante para que façamos uma análise de todo o processo que foi a construção da UEMG. Precisamos saber direitinho quanto de recurso público foi repassado para as entidades privadas. Precisamos conhecer o número de alunos, quantos já se formaram, mercado de trabalho. Enfim, precisamos conhecer todo o processo de construção da UEMG, seus acertos e seus erros, para, a partir daí, elaborar um projeto que encaminhe para uma solução. E a solução que desejamos, que o povo mineiro deseja, é a universidade pública, gratuita de qualidade para todos os mineiros, o que também é uma forma de buscarmos a autonomia do Estado, aquela que vimos discutindo desde o início do ano. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembléia, gostaria de informar à Casa a nossa presença no Comitê Pró-Timor Leste. Tivemos a oportunidade de nos reunir com diversas entidades que estão apoiando o povo timorense no seu sofrimento. Reunimo-nos na Casa do Jornalista, com o apoio do Sindicato dos Jornalistas ao Comitê Pró-Timor Leste, da Associação Luso-Brasileira. Logo após a votação do plebiscito que decidi pela independência do Timor da Indonésia, tivemos, lamentavelmente, 20 mil pessoas mortas. Mais de 200 mil pessoas estão refugiadas. Temos a informação da Comissão de Direitos Humanos da ONU, que afirmou poder ser criado um tribunal especial para julgar os acusados. Queremos a criação desse tribunal. O que aconteceu no Timor, embora não esperemos vingança contra a Indonésia, foi muito grave. Os responsáveis pela morte de aproximadamente 20 mil pessoas têm de ser punidos.

Outra questão que gostaria de abordar diz respeito ao lamentável episódio ocorrido no jogo do Atlético, no Independência. Já fizemos um requerimento de providências ao Comandante da PMMG, para que proceda à apuração e ao esclarecimento dos fatos lamentáveis que vimos acontecer no Estádio Independência ontem, à noite.

Queremos lembrar que a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia tem denunciado sempre esse excesso de força, utilizado especialmente pela Polícia Militar, na abordagem, no contato com o cidadão de Minas Gerais.

Ontem mesmo, na reunião da Comissão de Direitos Humanos, recebemos duas denúncias de pessoas agredidas pelos policiais. Um jovem estava em sua moto e foi atingido pela viatura da polícia, que derrubou no chão o rapaz que estava de carona e o espancou. Está tudo acompanhado do exame de corpo de delito, encaminhado à Ouvidoria de Polícia, e estaremos acompanhando a apuração de mais essa violência.

Tenho tido oportunidade de ir à Polícia Militar, a fim de falar especialmente aos oficiais sobre os direitos humanos, e algumas vezes falei para Sargentos, sub-Tenentes, Cabos e Soldados. Costumo dizer que treino é treino, jogo é jogo e que, quando estamos treinando, estão mantidos os direitos humanos, mas o jogo - que é a atuação do policial nas ruas, o contato dele com o cidadão - está muito ruim, o abuso de autoridade e a agressividade contra o cidadão são inaceitáveis. Não podemos aceitar isso e estamos exigindo da polícia que haja um monitoramento do trabalho desses policiais.

Minas Gerais vai conhecer, a partir de agora, com as imagens que temos, o que a Comissão de Direitos Humanos tem conhecido. Nesses cinco anos em que estou na Comissão de Direitos Humanos, tanto eu quanto outros Deputados que já pertenceram à Comissão ou que a ela pertencem, como a Deputada Maria Tereza Lara, a Deputada Maria José Hauelsen e o Deputado Durval Ângelo, tivemos a oportunidade de ver as pessoas que nos procuram mostrar a marca da arbitrariedade. Minas Gerais vai ver agora, no vídeo e nas fotos, a agressividade da polícia e o tratamento que dá ao cidadão, que é quem a remunera.

Estou dizendo isso porque a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia foi atacada agora, quando disseram que nos preocupamos apenas com essa situação. Dizem que às vezes nos preocupamos com bandidos, e não havia bandidos ontem, no Independência. Tínhamos torcedores do Atlético Mineiro, que não são bandidos. Dizem que não somos amigos da polícia, mas a Comissão de Direitos Humanos é amiga do bom policial.

Quero dizer que essas pessoas que dizem que a Comissão de Direitos Humanos não se preocupa com o policial nada fizeram pelos policiais, nada têm feito pela segurança pública em Minas Gerais, só fazem falar. Estão aí o orçamento do Estado e as legislações, e não vemos nada. Agora, temos no Governo o Sr. Newton Cardoso, que em 1989, com uma lei delegada, retirou todas as vantagens dos policiais, as quais agora, com uma emenda que estamos apresentando, vamos tentar retomar. Hoje vemos essas pessoas unidas ao Sr. Newton Cardoso. "Concede indenização acidentária de 400 salários mínimos aos beneficiários ou a Policial Civil ou Militar morto ou tornado incapaz, em decorrência do desempenho da atividade policial. Fica instituída gratificação anual correspondente a um vencimento, para Policial Civil e Militar em efetivo exercício de atividades nas ruas". Quero saber o que essas pessoas têm feito pelo policial, porque, há duas semanas, o Secretário da Segurança Pública retirou da Polícia Civil sua carteira e a sua arma se estiver em tratamento médico, qualquer que seja ele. Não ouvi nenhuma palavra sobre isso aqui. Se for um tratamento psiquiátrico, até posso entender, mas qualquer tratamento médico faz com que o policial perca a sua arma e a sua carteira? Não ouvi nenhuma voz falando sobre isso. Mas essas vozes se levantam contra a Comissão de Direitos Humanos, dizendo que defende bandidos. Ora, não tínhamos bandidos no Independência, ontem. As pessoas que vêm aqui denunciar arbitrariedades, abusos e torturas não são bandidos.

Gostaria de saber o que essas pessoas fizeram pela segurança pública de Minas Gerais. Elas se unem ao Sr. Newton Cardoso, que praticamente acabou com a segurança pública de Minas Gerais, e vêm, com esse discurso pequeno e retrógrado, dizer que a Comissão de Direitos Humanos defende bandidos. Não aceitaremos mais isso na Assembléia. Esperamos, Sr. Presidente, esse Código de Ética da Assembléia Legislativa. Não aceitamos mais isso, porque as pessoas que vêm à Comissão de Direitos Humanos são cidadãos respeitáveis de Minas Gerais. Não aceitaremos mais que pessoas que nada fazem tentem colocar essa peça na Comissão de Direitos Humanos. Essas pessoas estão ligadas a esse abuso que denunciemos e que não aceitamos.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Há duas questões relevantes, Deputado João Leite. Uma, é a questão do Timor Leste, onde ocorre um massacre contra o povo. Foi formado um comitê, em Minas Gerais, para apoiar a luta e o fim da barbárie do Timor Leste. Faço parte desse comitê, como Vice-Presidente da Assembléia, e V. Exa. também, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. No momento oportuno, trataremos esse debate para a Assembléia, porque é necessário sensibilizar a sociedade mineira, para que apóie e se solidarize com o povo do Timor Leste.

A outra questão é a do aumento da violência. Com a greve de 1997, houve uma quebra do pacto de hierarquia da PM. Estamos vendo que não há um esforço para o restabelecimento desse pacto, que seria uma reforma nas normas disciplinares da PM. É necessário que haja esse pacto, urgentemente. O problema da violência policial, Deputado João Leite, sabemos muito bem, está sempre ligado à questão da hierarquia e do comando. Temos uma estrutura, no Estado, interessante. O comando dos policiais está protestando contra os baixos salários e contra a diferença salarial. Insatisfeitos, estão sendo expostos a situações constrangedoras. Por isso, estamos vendo esse aumento da violência na Polícia Militar. O problema, antes de tudo, está no comando. É necessário que sejam tomadas medidas urgentes.

É significativo dizerem que a Comissão de Direitos Humanos defende bandidos, quando se deve partir do princípio de que a defesa da vida não escolhe quem quer que seja. Não

escolhe bandido, cidadão honrado, policial civil ou militar. A lógica da Comissão é a defesa do cidadão e da cidadã e o respeito às leis que regem a sociedade. Se assim não fosse, teríamos a barbárie. Então, também defendemos bandidos, desde que seus direitos estejam sendo desrespeitados e desde que as normas constitucionais e as leis aplicáveis a eles não estejam sendo respeitadas. É bom que Minas Gerais, assistindo às cenas do Independência, ontem, possa ter uma idéia do trabalho que vem tendo a Comissão de Direitos Humanos nesta Casa. São necessárias medidas urgentes. Sabemos que, na próxima terça-feira, teremos uma reunião com o comando da Polícia Militar. Essa questão do aumento da violência, apesar de não estar em pauta, tem de ser trazida à discussão. Temos de ouvir deles o porquê desse aumento da violência. A sociedade está desprotegida. Fiquei sabendo que um Major teria falado, hoje, na televisão, justificando o ato dos policiais no Independência. Se tivéssemos a presença do Comandante da Polícia Militar, porque o interino, que aqui esteve, demonstrou que não comanda nada na polícia, quem sabe, a nossa primeira providência seria o afastamento desse Major que justificou a violência, ontem, no Independência.

O Deputado Dimas Rodrigues (em aparte)* - Agradeço ao Deputado João Leite. Gostaria de dizer que a polícia tem de se orientar e não agir como agiu ontem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores que ocupam as galerias, imprensa presente e assessoria da Casa, o que me traz a esta tribuna é a perda de um grande Prefeito do nosso Norte de Minas. Com grande pesar, faço uso desta tribuna para comunicar aos nobres colegas desta Casa o falecimento do Sr. Geraldo Rodrigues Gomes, Prefeito Municipal de Pai Pedro, ocorrido no último sábado, dia 11/9/99.

O Norte de Minas está de luto, pois perde uma de suas mais importantes lideranças municipais. Geraldo Rodrigues Gomes foi Vereador por quatro mandatos no Município de Porteirinha, graças ao seu carisma e à confiança que sempre mereceu do povo. Líder atuante, lutou para ver emancipado o Município de Pai Pedro, onde foi eleito para o seu primeiro mandato como Prefeito. Era um homem simples, que vinha dedicando a sua administração a beneficiar a população menos favorecida economicamente. Enfrentou dificuldades com a seca permanente, que faz multiplicar a pobreza na região, mas sem se deixar abater. Enfrentou a escassez de recursos sem virar as costas para o mais necessitado. Sua curta administração foi marcada pela realização de obras relevantes para o município, que melhoraram a infra-estrutura. Foram construídas praças, postos de saúde, estradas e quadras de esporte; melhorou-se a iluminação e desenvolveram-se trabalhos de cunho social.

Geraldo Rodrigues Gomes teve uma curta administração, marcada pelo trabalho honrado, pela dedicação e pela seriedade com a coisa pública. Como Prefeito, deixou o exemplo de como se deve conduzir os negócios públicos. Sua administração é reconhecida e elogiada por todos os seus companheiros Prefeitos da região. Como correligionário político, procurou ser fiel aos seus compromissos, conquistando a confiança e a estima de políticos renomados. Como cidadão, sempre foi cumpridor de seus deveres.

Casado com D. Vivi, constituiu numerosa família de nove filhos, todos trabalhadores, que guardam os bons princípios da família mineira. A morte de Geraldo Rodrigues Gomes abalou toda a população norte-mineira. A população municipal comportou-se como alguém que perde um braço, e ela de fato perdeu um braço forte na luta contra as dificuldades de nossa região. Mais de 5 mil pessoas compareceram ao seu cortejo fúnebre, pois todos queriam dar o seu último adeus e render sua última homenagem a esse grande líder. Muitas autoridades estiveram nessa triste solenidade, em que se reuniu quase a totalidade dos Prefeitos Municipais da região. Não poderia deixar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de também render a minha última homenagem a esse fiel amigo e companheiro de luta, que vinha acompanhando e manifestando o seu apoio à minha trajetória política. Manifesto aqui, nesta tribuna, a minha gratidão ao Prefeito Geraldo Rodrigues Gomes, que parte deixando grande saudade.

Aos seus familiares, os meus votos de que o Consolador volte o olhar para eles, confortando a todos que, como eu, lamentam essa grande perda. À população de Pai Pedro, fica a minha mensagem de esperança e o meu desejo de que o município continue a luta que o seu Prefeito iniciou. Os ideais de Geraldo Rodrigues Gomes eram nobres e elevados. E, para conquistar esses ideais, vamos continuar de mãos dadas, com o mesmo espírito de união que marcou os breves dias da passagem desse grande líder por esta terra. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Quero me unir ao Deputado Dimas Rodrigues no sentimento pelo passamento do Prefeito de Pai Pedro. Externo a minha tristeza à família e a esse município, Deputado.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de dizer, em nome da Comissão de Direitos Humanos, que o nosso compromisso é com a sociedade de Minas Gerais, é com o bom policial, é com aquele que trata com delicadeza e cidadania o povo mineiro, e não, com aqueles que abusam da autoridade e agem com violência. Vamos acompanhar, com rigor, as apurações, esperando que sejam punidos, como a lei determina.

Queremos lamentar os incidentes no Estádio Independência e dizer que aguardamos as rigorosas apurações que serão feitas. A Comissão de Direitos Humanos espera que a Assembléia Legislativa também esteja acompanhando tudo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado José Braga, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras, senhores, membros da imprensa, escutei atentamente o pronunciamento do Deputado João Leite, que vem fazendo um grande trabalho à frente da Comissão de Direitos Humanos, juntamente com outros Deputados desta Casa, e que tem elevado o Estado de Minas Gerais ao "status", nunca antes alcançado, de defensor dos direitos humanos. As denúncias de maus tratos e desrespeito aos direitos fundamentais do ser humano chegam a todo momento a esta Casa. Mas é muito importante o fato de que a Comissão, de forma responsável, séria e sóbria, tem procurado dar nova dimensão às suas reuniões e não transforma seu Plenarinho em uma sucursal da Polícia Civil, preocupada em apurar fatos e crimes. Temos tratado o assunto com respeito, e tanto isso é verdade que muitos projetos de lei surgiram a partir do trabalho dessa Comissão, bem administrada e presidida pelo Deputado João Leite.

Gostaria de dizer que, muitas vezes, para decidir sobre um determinado assunto, precisamos apurar as duas faces da moeda. Estamos com uma correspondência encaminhada pelo Delegado da 22ª Delegacia Regional da Polícia Civil de Janaúba, Dr. Raimundo Nonato Gonçalves, em que há informações preciosas e oficiais acerca do movimento acontecido naquela delegacia, quando quatro detentos fizeram reféns e apresentaram algumas solicitações. O fato foi gravado e transmitido pela TV Alterosa e pela Rede Globo. É necessário que façamos a leitura desse documento para maior esclarecimento dos Deputados e, também, para mostrar o grande trabalho humanitário que está sendo feito na Delegacia da Polícia Civil de Janaúba. (- LÊ:)

"Exmo. Sr. Deputado Carlos Pimenta, como é de vosso conhecimento, ocorreu, no último domingo, rebelião de presos nesta cidade de Janaúba, onde mantiveram quatro outros presos como reféns.

Assim que se iniciou a rebelião, adotamos todas as providências, quando iniciamos as negociações com os presos, preocupados com a preservação da integridade física dos mesmos. Durante toda a crise, esta Regional se fez presente.

A única denúncia efetuada contra a Polícia Civil, se é que se pode chamar de denúncia, foi o rigor da carcereira, quando das buscas realizadas nos familiares dos presos do sexo feminino. É de se salientar que nos últimos meses foram freqüentes as tentativas de fugas, bem como as tentativas de entrada de drogas na cadeia (documentos em anexo), o que tornaram necessários os rigores nas buscas pessoais, não sendo admitido em nenhum momento qualquer tipo de abuso.

Ocorre que, no noticiário de ontem, o Exmo. Sr. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, afirmou ter marcado audiência com o Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, quando solicitará instauração de inquérito policial para apurar os fatos ocorridos em Janaúba. Relata, ainda, em outras palavras, que policiais de sexo masculino teriam dado buscas em familiares dos presos do sexo feminino.

Informo que o inquérito policial já foi instaurado, objetivando completa apuração dos fatos. Quanto à denúncia de que policiais do sexo masculino estavam dando busca nos familiares dos presos do sexo feminino, saliento ser totalmente impecunioso tal noticiário. Em nenhum momento presos efetuaram denúncias neste sentido, e sim que, em determinadas buscas, havia o contato de luvas com os órgãos genitais femininos, jamais mencionaram, em nenhum momento, que policiais masculinos efetuaram buscas em familiares de presos do sexo feminino. Essas revistas são efetuadas pela carcereira, em local reservado, pois ocorre que, muitas das vezes, determinadas visitantes conduzem serras ou outros objetos dentro da calcinha, ou mesmo a possibilidade de condução de drogas dentro da vagina. Menciono, por oportuno, que no ano passado foi lavrado auto de prisão em flagrante delito, nesta cidade, quando uma mulher portava cocaína dentro da vagina, e a policial responsável pela prisão é exatamente esta que faz as buscas nas mulheres durante a visita aos presos. Em nenhum momento os presos acusaram os policiais civis de agressão ou maus tratos aos detentos.

Também é de se esclarecer que todas as negociações com os presos, quando da rebelião, foram efetuadas pela Polícia Civil, através de dois Delegados, entre eles este Regional.

É de se esclarecer que as conseqüências da rebelião só não foram maiores em razão, também, da interferência e eficiência da Polícia Civil, por gozar de confiabilidade junto aos presos.

Sugiro ao ilustre Deputado que, para se ter noção real do que realmente aconteceu em Janaúba, principalmente as causas, que sejam solicitadas as gravações da TV Alterosa e da TV Grande Minas-Montes Claros-Rede Globo, e não somente daquela levada ao ar.

Também sugiro que a Comissão de Direitos Humanos dessa honrosa Casa se desloque até Janaúba, para ver, "in loco", toda a situação aqui ocorrida.

Caso isso venha a acontecer, certamente verá que os presos são tratados pela Polícia Civil, obedecendo rigorosamente os princípios instituídos pelas normas que tratam dos direitos humanos. Verá que inexistente superlotação, que todos os presos têm beliches para dormir, além de colchões e cobertores. Quase todas as celas possuem televisores, e inexistente reclamação quanto à comida, que é de boa qualidade. Comprovará uma cadeia pública nos moldes da ONU, construída praticamente com recursos da sociedade, através de trabalho coordenado por esta DRSP. A cadeia tem capacidade para 67 presos, e no momento da rebelião estava com 55 presos.

Tenho a plena convicção de que, se esta Comissão vier a Janaúba, verá um trabalho sério desenvolvido pela Polícia Civil, e isto se comprovará diante daquilo já edificado, bem como das informações que serão colhidas junto à sociedade, o motivo maior da nossa presença nesta Regional.

Atenciosamente,

Raimundo Nonato Gonçalves,

Delegado Regional da 22ª DRSP Classe Especial".

Tomei a liberdade, antes de fazer a leitura desse ofício, que me foi endereçado por uma pessoa séria, que conheço há vários anos, de encaminhá-lo ao Deputado João Leite, meu companheiro, colega de partido, Presidente de uma comissão tão importante como a de Direitos Humanos, e que tem feito um grande trabalho nesta Casa. Vou encaminhar esse documento, Deputado João Leite, e vamos, através de um requerimento, no momento certo, fazer uma solicitação para que possamos conhecer a realidade, em Janaúba, da cadeia que foi motivo dessa rebelião.

Gostaria de, nesse requerimento, fazer uma solicitação a V. Exa., para que os membros dessa Comissão possam ver exatamente o contrário do que aqui foi relatado com relação à cadeia pública de Janaúba, o que acontece na cadeia pública de Montes Claros: superlotação, construção do prédio sem nenhum critério técnico e ocorrência de inúmeras fugas. Creio que V. Exa. esteve presente, há uns três ou quatro anos, nessa cadeia em que já houve inúmeras fugas e que é motivo constante de denúncias feitas pela imprensa de Montes Claros.

Nessas minhas observações não vai nenhum demérito ao trabalho de V. Exa., nenhuma queixa. Pelo contrário, no dia da reunião, eu estava presente, pude ver os autos e também as fitas; notamos que, realmente, temos de apurar os fatos.

Gostaria, então, de, no momento oportuno, passar às mãos de V. Exa. esse ofício e fazer essa solicitação, para que possamos conhecer a realidade na cidade de Janaúba e a outra realidade, que é exatamente o contrário, na cidade de Montes Claros.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Temos lutado muito, na Comissão de Direitos Humanos, para que aconteçam todas as apurações sobre essa situação de Janaúba. A autora do requerimento foi a Deputada Maria Tereza Lara, que se encontra no Plenário neste momento. Aprovamos esse requerimento justamente solicitando da Secretaria da Segurança Pública a apuração dos fatos ocorridos em Janaúba, que são graves. V. Exa. teve oportunidade de assistir conosco, na Comissão de Direitos Humanos, as cenas de Janaúba. Essas cenas, Deputado Carlos Pimenta, repetem algo que temos acompanhado na Comissão de Direitos Humanos, algo que está ligado diretamente a um dos fatores que causam as rebeliões, tanto nas cadeias quanto nas penitenciárias, que é a maneira de fazer a revista nos familiares que vão visitar os presos. Não conheço especificamente o caso de Janaúba, mas os outros conheço.

A Comissão de Direitos Humanos esteve na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, e ouvimos a denúncia dos familiares que ficam numa fila desde as 7 horas da manhã até as 14 horas, quando têm contato com o preso. Entre os familiares estavam crianças de nove, onze anos de idade, do sexo feminino, que eram obrigadas a tirar a roupa e eram tocadas nas partes íntimas do seu corpo. Há uma legislação a esse respeito, mas a Secretaria da Segurança Pública não informou isso a Janaúba. A revista pode ser solicitada sob suspeita grave, por escrito, pelo Diretor da unidade penal, e feita por alguém da área de saúde, do mesmo sexo. Será difícil isso?

Desconheço a situação de Janaúba, mas V. Exa. fará um requerimento, e sei que a Comissão, que tem ido a vários lugares, irá a Janaúba conhecer sua realidade. Mas será que é tão difícil para o Estado, no dia da visita - em algumas unidades, só uma vez por mês é permitido visita -, colocar alguém da área de saúde, do mesmo sexo, para fazer essa revista? Penso que não.

Essa é a nossa preocupação, e temos lutado para que saia da Polícia Civil essa guarda de presos, a fim de que seja efetuada pela Secretaria de Justiça, pelos agentes penitenciários. Muito obrigado e parabéns pela preocupação de V. Exa. com a situação de Janaúba.

O Deputado Carlos Pimenta* - De acordo com a leitura, podemos notar que a revista foi feita por uma carcerária. No relato, parece que foi feita de forma correta. Só não posso afirmar se ela é da área de saúde. Vamos procurar orientar inclusive o próprio Delegado. Talvez tenha sido apenas uma omissão na transcrição desse documento.

Em anexo, na certidão que foi feita, relatam-se fatos até hilariantes sobre a tentativa de levar drogas para o presídio. O texto fala que tentaram passar drogas introduzindo-as nos órgãos genitais de uma pessoa que foi visitar o detento. Parece que isso é muito comum: uma bola de futebol contendo em seu interior 34,39g de maconha; dentro de bananas foram encontradas quatro buchas de maconha; dentro da tampa de uma garrafa térmica e no interior de uma caixa de sabão em pó. Podemos ver que a situação tem que ser muito bem administrada, porque a tentativa de levar drogas para presídios já é de conhecimento há bastante tempo.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Carlos Pimenta, de fato, como já foi falado, entramos com um requerimento para que haja apuração rigorosa dos fatos. Não queremos incriminar aqueles que não são culpados. Não é pela possibilidade de haver fatos desse tipo que fica justificado qualquer tipo de tortura ou desrespeito aos direitos humanos.

O Deputado Carlos Pimenta* - Mas lá não houve tortura.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Não estou dizendo que houve lá, mas que não se justifica a prática de tortura. Depois da apuração é que podemos definir se houve ou se não houve tortura. Queremos dizer da necessidade de uma discussão bem ampla, da designação de uma comissão especial, porque os fatos estão se multiplicando. Estamos em um momento de técnicas avançadas e não podemos permitir que continuem a ser usados recursos como se ainda estivéssemos em uma ditadura. É preciso que na democracia haja respeito aos direitos humanos em qualquer circunstância, mesmo e principalmente dentro das cadeias.

O Deputado Carlos Pimenta* - Concordo em gênero, número e grau com a senhora, como concordei com o Deputado João Leite. É necessário que neste Estado sobressaiam as figuras de bem, as pessoas que lutam, que suam a camisa, que batalham, que colocam suas vidas em risco para trazer tranquilidade ao nosso Estado. Não é possível que generalizemos os fatos. Se isso está acontecendo em outras cadeias, não podemos achar que as coisas são sempre do mesmo tamanho e do mesmo molde. Tem muito malandro solto,

tem muita gente que usa e abusa de cargos para levar vantagens pessoais, para passar outras pessoas para trás, para abusar dos direitos humanos. Da mesma forma que temos o direito de defender aqueles que são humilhados e torturados, temos também a obrigação de defender as pessoas de bem, como estou fazendo com este Delegado, que está sofrendo pressões, muitas delas políticas, por exercer, com dignidade, seu papel de Chefe da Polícia Civil de Janaúba, tratando com tanto carinho aquela população. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1.419/99

O Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições, resolve constituir o colegiado que, sob sua presidência, exercerá a coordenação geral do 2º módulo do Curso Preparatório de Admissão na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - CPAL -, 2ª etapa do concurso público para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria da Assembléia Legislativa, na especialidade de Consultor, a que se refere o Edital nº 2/98:

William Gouvea Norton, Diretor Administrativo e Financeiro, Vice-Presidente; Theophilo Moreira Pinto Neto, responsável pela Área de Ensino e Extensão; e Élcio Costa Moreira, Coordenador Técnico-Administrativo.

Professores responsáveis pelo Módulo II: Luís Aureliano Gama de Andrade, Marcílio França Castro e Sabino Fortes Fleury.

Diretoria-Geral, 21 de setembro de 1999.

Pedro Paulo Dias Ladeira, Diretor-Geral.

TOMADA DE PREÇOS Nº 9/99

Data de julgamento: 21/9/99. Objeto: aquisição de equipamentos e suprimentos para informática. Licitantes vencedoras: Oásis Distribuidora Ltda. (itens 01 a 05); PRESTOBAT Ltda. (itens 06, 10 e 11); Ronaldo Hilário Cardoso e Cia. Ltda. (item 07); S'Passos Informática Ltda. (item 08); Inter All Ltda. (item 09). Licitantes desclassificadas: IPS Informática Produtos e Serviços Ltda., ASK Informática Ltda., DISTRIVISA Ltda., Top Informática Ltda. e Nacional Teleinformática Importadora Ltda., desclassificadas para todos os itens; César Reis Office Products Ltda. (itens 3 e 8); Ronaldo Hilário Cardoso e Cia. Ltda. (itens 01 a 04); PRESTOBAT Ltda. (itens 03 e 05); S'Passos Informática Ltda. (item 04); Inter All Ltda.; Software Informática Ltda.; Rilisa Trading S.A. e DDA Comércio e Representações Ltda. (item 03) e Mercantil Mineira Material de Escritório Ltda. e Microtécnica Informática Ltda. (item 11).

Belo Horizonte, 21 de setembro de 1999.

Claudette Ferreira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

ERRATAS

PARECER SOBRE AS EMENDAS NºS 4 A 13 AO PROJETO DE LEI Nº 181/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 16/9/99, na pág. 19, col. 3, no art. 16, onde se lê:

"I - presidir e celebrar o casamento", leia-se:

"I - presidir a celebração do casamento".

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPI DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/9/99

Na publicação da ordem do dia em epígrafe, verificada na edição de 21/9/99, na pág. 31, col. 2, no título, onde se lê:

"24/9/99", leia-se:

"23/9/99".

EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

Extratos de Convênio Lei 12.705 de 23/12/97

Termos de Convênio para transferência de recursos financeiros que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas:

Convênio Nº 823/1998 - Valor: R\$8.000,00

Entidade: Associação Comun. Medeiros Cima Medeiros Baixo Egito - Piedade Gerais

Objeto: Compra de equipamentos para trator.

Convênio Nº 824/1998 - Valor: R\$27.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal Carangola - Carangola

Objeto: Instalação de estação repetidora da TV ASSEMBLÉIA, de forma a possibilitar à comunidade local o acompanhamento da atuação de seus representantes no Legislativo Estadual.